



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

## **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DE 6º ANO / LITERACY: AN EXPERIENCE WITH 6TH GRADE STUDENTS**

Maria Inês Batista Campos – USP<sup>1</sup>

Débora Mariana Ribeiro – USP<sup>2</sup>

Maria Aparecida Carvalho da Silva – USP<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma discussão sobre o aproveitamento da leitura por alunos de um 6º ano do Ensino Fundamental II. Tem por objetivo expor e discutir a maneira como se apropriam das informações do texto “Área interna” de Leon Eliachar. Foi proposto aos alunos que lessem o texto e comentassem o que entenderam enfatizando a sequência textual. Verificou-se que um dos alunos apresenta atipicidade no processamento do texto, pois apesar de ter lido em voz alta, ele não faz a reconstrução do texto adequadamente. Esse aluno foi selecionado pelo comportamento não convencional, pois é esperado que tivesse condições de identificar os elementos solicitados no texto de acordo com o ano escolar em que está matriculado. Com isso, a proposta é trabalhar a percepção de leitura dos alunos com base em seu grau de letramento. Foram desenvolvidos conceitos sobre letramento e alfabetização. Os resultados mostram que o grau de letramento da maior parte dos alunos é satisfatório, porém há um aluno que apresenta desvios no processamento do texto. Isso pode estar relacionado ao nível insatisfatório de letramento bem como a problemas de alfabetização. Este trabalho possibilita traçar estratégias de ensino de leitura e escrita que desenvolvam a capacidade do aluno de processar o texto mais efetivamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Letramento, alfabetização, leitura, ensino, aprendizagem.

**ABSTRACT:** This article presents a discussion on the use of reading for students of the 6th grade of Elementary school. It aims to expose and discuss how students appropriate text information from “Internal Area” from Leon Eliachar. It has been proposed for the students to read the text and comment on what they understood emphasizing the narrative sequence. It was found that one of the students presents a typical response during text processing, because despite having read out loud, he does not make the reconstruction of the text properly. That student was selected by unconventional behavior, as it is expected that according to his grade he should have conditions to identify the elements requested in the text. Therefore, the proposal is to work the perception of reading of students based on their degree of literacy. In this work we developed concepts about literacy among others. The results show that the degree of literacy of most students is satisfactory, though there is a student who presents deviations in text processing. This may be related to his unsatisfactory level of literacy. This work enables to trace teaching strategies of reading and writing to foster student's ability to render the text more effectively.



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

**KEYWORDS:** Literacies, Text Reading, Teaching, Learning.

## **Introdução**

Neste trabalho, apresentamos uma reflexão sobre o aproveitamento da leitura e interpretação textual por alunos de um 6º ano do ensino fundamental. Partimos do pressuposto do letramento como prática social de leitura de acordo com as noções desenvolvidas por Mollica, et al. (2012), Silva (1973), Soares (2001; 2003; 2006; 2009), Matêncio (1994), Rojo (2001; 2009), Kleiman (1992) entre outros, e também os conceitos de alfabetização formulados por Mortatti (2000; 2004; 2006), Ferreiro (1995), Almeida (2007), etc.

O momento sócio histórico atual se configura pelo surgimento de uma grande quantidade de informações a todo instante. No trânsito, por exemplo, ao pararmos em um sinal, somos “bombardeados” com panfletos, propagandas, textos orais e escritos que veiculam diferentes tipos de mensagens. O que se pode fazer com essas informações? Jogar fora? Selecionar o que interessa? Estamos, então, diante de situações de comunicação comum a uma sociedade letrada.

Os estudos do letramento postulam que quem vive em uma sociedade letrada não pode ser chamado de iletrado, pois a exposição às práticas letradas do cotidiano é inevitável. Segundo Mollica, et al. (2012), os indivíduos estão expostos a práticas variadas de leitura. Porém, é sabido que para haver o letramento de fato é necessário que haja a alfabetização, a qual só ocorre com a mediação e respeito à heterogeneidade. Desde a Educação Infantil, o letramento deve ganhar espaço por meio da oralidade.

De acordo com Mollica, et al. (2012, p. 214) alfabetização é entendida como a etapa em que o sujeito “adquire o sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica”, isso implica o conhecimento do código linguístico. Em se tratando do letramento está relacionado com o uso social da escrita, sendo assim, a escrita não é uma tecnologia



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

neutra, e sim “fundamentada como um conjunto de práticas sociais culturalmente constituídas e socialmente situadas”.

O processo de alfabetizar “letrando” é mais eficaz se for priorizado o ouvir em lugar do ler e o falar em lugar de escrever. No que se refere às de 0 a 6 anos, como ainda estão em um processo de descoberta da oralidade, é possível que seu letramento já comece antes mesmo da alfabetização, mas para que sejam de fato configurados os dois terão que andar juntos, mesmo sendo a alfabetização muito mais mediada que o letramento.

O presente trabalho justifica-se por mostrar a importância de se atentar para o letramento no Ensino Fundamental II, sem desprezar a alfabetização em processo. Além do mais, ainda há muito que se pensar em metodologias de ensino que articulem a alfabetização e o letramento dos alunos de diversas faixas etárias.

Este trabalho tem por objetivo expor e discutir a maneira como os alunos se apropriam das informações do texto “Área interna” de Leon Eliachar. Além disso, analisar e discutir a importância do letramento associado à alfabetização a partir de relatos colhidos em sala de aula do Ensino Fundamental II, e seu aproveitamento para a apropriação da leitura por alunos do 6º ano. A metodologia utilizada baseia-se na coleta de dados obtidos na interação com os alunos e análise bibliográfica.

### **Conceito de alfabetização e de letramento**

Segundo o Dicionário Aurélio (2000, p. 30), alfabetizar é “ensinar a ler e a escrever”. Pode-se dizer então que a alfabetização consiste no aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. Com essa capacidade, o indivíduo constrói a capacidade de codificação e decodificação que é o ato de ler para chegar à habilidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento. Para isso, a criança precisa estar exposta o tempo todo a todos os tipos de portadores de textos para que seja capaz de enxergar os usos sociais da leitura e da escrita e, com isso, desenvolver novas formas de compreensão e uso da linguagem.



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

Para Silva (1973), a alfabetização de um indivíduo promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos, bem como o acesso a bens culturais e a facilidades oferecidas pelas instituições sociais. A alfabetização é um fator propulsor do exercício consciente da cidadania e do desenvolvimento da sociedade como um todo.

De acordo com Mortatti (2006), ao longo da história, a alfabetização no Brasil passou por quatro momentos que foram fortemente marcados pelo uso da cartilha com o método da marcha sintética, da soletração e fônico; são eles: a metodização do ensino da leitura, a institucionalização do método analítico e a alfabetização sob medida.

No final do século XIX o ensino brasileiro contava com poucas escolas e a maioria delas era em salas adaptadas multisseriadas, as chamadas “aulas régias”. Em decorrência dessa precariedade das instalações, o ensino dependia muito mais do esforço e dedicação dos professores e dos alunos para existir, mesmo em condições tão mínimas. O ensino da leitura era feito por meio de um material chamado “cartas do ABC” e a escrita por meio da cópia (Mortatti, 2006).

Conforme Mortatti, nesse período o método de alfabetização era basicamente o da soletração e silabação, que consiste em juntar as letras e formar sílabas e com elas formar palavras, mesmo que estas não tenham nenhum sentido para o aluno, totalmente desvinculado do seu contexto. Esse método só é eficaz se contextualizado. Outro método era da marcha sintética que tem o mesmo princípio da soletração, pois parte da menor para o maior, ou seja, da letra para a sílaba, depois para a palavra e só depois chega ao texto, partindo assim, da ordem crescente de dificuldade. Esse método que se aprende primeiramente as letras ou os sons em sílabas ainda é plausível nos dias de hoje, porém não são as únicas opções que os alfabetizadores têm em mãos. O que se tem hoje é que cada vez mais é necessário que o aluno viva experiências de alfabetização a partir do seu letramento que vem de casa. A história da criança deve fazer parte de sua alfabetização.

Quanto à apropriação da escrita, sabemos que ela ocorre concomitantemente à da leitura, pois a alfabetização começa com esses dois processos. Segundo Mortatti (2006, p.5),



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

no final do século XIX esse processo se dava por meio da “cópia, ditados, e formação de frases, enfatizando-se o desenho correto das letras”.

A partir de 1880 foi introduzido no Brasil novo método de ensino que visava alfabetizar pela palavra, conhecido como “método João de Deus” ou “método da palavração” que estava embasado basicamente nos princípios linguísticos. Esse método consistia em iniciar a leitura pela palavra e só depois o aluno era levado a analisar a palavra a partir dos sons das letras, ou seja, houve uma inversão: não era mais da parte para o todo, mas do todo para as partes, levando a criança a refletir sobre o que estava acontecendo. Nesse momento, inicia-se uma discussão de que a alfabetização depende de um método, enfatizando o como ensinar com o que ensinar, ou seja, o modo como se ensina deve estar diretamente relacionada às questões linguísticas, passando para os processos da palavração e sentencição (Mortatti, 2006).

Com esse novo e inusitado método as normalistas, como eram chamadas as professoras daquela época, por serem formadas na Escola Normal, já desenvolviam atividades práticas para levar o aluno à apropriação da leitura e da escrita. O método analítico, baseado nas atividades práticas, baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção da criança, em que o sincretismo já se fazia presente. Com isso, tornou-se necessário buscar novas formas de se ensinar leitura e escrita para crianças que já não são tão passivas mais. Desse novo ponto de vista surgiu a ideia de se iniciar o ensino de leitura a partir da palavra ou da frase. Quanto à escrita, seu ensino restringia-se a cópia e ao ditado com ênfase na caligrafia.

Segundo Mortatti (2006), as discussões sobre métodos continuaram na década de 1920 e o ensino de leitura e escrita passou a ser associado a uma didática vinculada às questões psicológicas da criança. No terceiro momento histórico da alfabetização no Brasil seguiu-se a discussão sobre o método mais adequado para se apropriar da leitura e da escrita. Nesse momento buscou-se conciliar o método sintético e o analítico, tornando-os mistos, o que garantiu maior eficiência.



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

Essa tendência de relativização da importância do método decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro *Testes ABC para verificação a maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita* (1934), escrito por M. B. Lourenço Filho (Mortatti, 2006, p.9).

Como mostra Mortatti (2006), a divulgação das novas bases psicológicas a alfabetização, ainda chamada apenas de aprendizado da leitura e escrita, passou a ser entendida como dependente de uma medida, pois a forma que se ensina está diretamente ligada ao nível de maturidade de quem aprende. Nesse momento já é possível perceber preocupação com o indivíduo aprendente, mesmo que nesse caso pensava-se no grupo e não no indivíduo, pois as classes eram consideradas homogêneas. Atualmente, já se sabe que esse conceito de classes homogêneas não se aplica mais nas escolas que temos.

Com uma alfabetização ainda tão centrada no ensino do que na aprendizagem foi inevitável o que se constatou na década de 1980: o fracasso da escola na alfabetização de crianças.

Surge, com isso, o quarto momento na educação brasileira que se fundamentava num pensamento construtivista da alfabetização. Esse pensamento foi resultado de pesquisas e estudos liderados pela pesquisadora argentina Emília Ferreiro. A partir desse momento, as discussões deixaram de ser focadas no método de ensino para tornarem-se centradas no processo de aprendizagem. Esse momento é um marco na história da educação no Brasil, pois ainda é usado até hoje. Essa nova maneira de pensar a alfabetização não surgiu como mais um método, visto que nesse momento histórico, o que importava não era mais o método, mas sim um novo conceito de aprendizagem centrado no processo. Paralelamente ao construtivismo surge o sociointeracionismo (Mortatti, 2006).

No campo da educação, o construtivismo é uma teoria a respeito do aprendizado e significa que o conhecimento não está pronto, dado como certo. O conhecimento se dá pela interação do indivíduo com o meio físico e social. Por esse viés, o construtivismo coloca o indivíduo no centro das ações, passando a ser um sujeito ativo. Para isso, o professor passa da



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

condição de centro do processo de ensino e aprendizagem para a posição de mediador. (Saber, 1995).

A partir da regulamentação dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 é que essa nova concepção de alfabetização tornou-se notável, pois até então o conceito de alfabetização resumia-se em aprendizagem mecânica de ler e escrever, e que se pretendia realizar em apenas um ano de escolaridade, nas chamadas classes de alfabetização.

No século XXI, com a demanda das sociedades contemporâneas em que a escrita é tema central, a alfabetização com os moldes antigos já se revela ultrapassada, pois cabe aos indivíduos serem capazes de dominar as práticas sociais de leitura e escrita.

Esse domínio requer adquirir a capacidade de ultrapassar a simples aquisição do código escrito, e preciso fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, apropriar-se da função social do ler e do escrever, tornando-se um indivíduo letrado.

Levando em conta que na atualidade as crianças, de maneira geral, vivem em um meio que tem computadores, livros, revistas, televisão, músicas, equipamentos sonoros, aparelhos eletrônicos de vários tipos que exigem da criança a decodificação de código para manuseá-los, é comum que com cerca de dois anos essa criança já tenha um repertório extenso de palavras. Nesse momento, então, sua alfabetização não pode ser deixada de lado, seja em casa no convívio familiar, seja na escola.

Segundo o que prevê a legislação brasileira para a educação nacional,

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, Lei 9394, Art. 29).

Para atender o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, Lei 9394/96), é necessário que a escola tenha uma postura acolhedora para essas



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

crianças em seus primeiros anos na escola e que esta postura se estenda ao longo do convívio, para garantir a aprendizagem. Torna necessário o envolvimento em seu cotidiano, procurando entendê-las em seus vários aspectos: cognitivos e sociais. Pois a criança tem sua história de vida que precisa ser respeitada sendo que seu contato com o letramento começa em casa, com os familiares.

A alfabetização não pode ser dissociada nem confundida com letramento porque exerce papel de ajudar o aluno atingir o pleno sucesso. Se a criança vive em um mundo letrado, não pode ser confundido como iletrada, porém, sua alfabetização vai depender da aquisição da capacidade de decifrar códigos e fazer uso deles para a compreensão da realidade. O processo de letramento e de alfabetização têm especificidades distintas, mas quando o objetivo é alcançar a melhor formação do aluno, elas se dão as mãos em prol de um único objetivo (Soares, 2006).

### **Letramento**

Segundo Soares (2006), o conceito de letramento vai além da apropriação do sistema de escrita. É o uso social da escrita na sociedade. É o processo de inserção nas práticas sociais de uso da leitura e da escrita.

A diversidade de gêneros que circulam no cotidiano da criança é fundamental para seu letramento. O aluno que traz de casa um rótulo de produtos que ele usa em casa vem mais motivada a “decifrar” o que traz. Essa é uma prática de letramento que serve para alfabetizar.

As situações de leitura e escrita que mais ocorrem na vida das crianças são os panfletos, os torpedos, o programa de televisão, a participação em redes sociais, etc. Isso ocorre porque são práticas significativas para elas, mas não se pode deixar de lado o texto literário que é um dos gêneros mais importantes que a escola deve apresentar às crianças por não ser comum o acesso fora dela.

Conforme Mortatti (2006), antes mesmo de aprender à escrita, a criança apreende o mundo a sua volta e faz a leitura desse material. Por isso, é incorreto dizer que a criança



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

chega à escola ainda iletrada, até mesmo porque o letramento começa na convivência social dessa criança. Mesmo que ela ainda não esteja alfabetizada, já pode estar letrada, pois desde o princípio da vida ela reflete sobre as coisas. O letramento está intimamente ligado às práticas sociais, exigindo do indivíduo uma visão do contexto, enquanto a alfabetização é uma prática centrada na individualidade.

Paulo Freire (1996), embora não usasse o termo letramento, postulou que a capacidade que o indivíduo adquire para questionar e refletir sobre a sociedade está diretamente relacionada ao uso social da língua, a capacidade de mobilizar conhecimentos adquiridos. Para isso, o professor deve ser capaz de conceber a alfabetização e o letramento na escola e levar o aluno a perceber que é grande o leque de possibilidades de uso da leitura e da escrita na sociedade. “Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (Freire, 1996, p.14).

Atualmente, a sociedade está cada vez mais imersa no conhecimento. Por isso, o aprendiz precisa dominar a tecnologia escrita e saber usá-la. O domínio da tecnologia escrita resume-se em apropriar-se do sistema alfabético e ortográfico, que se obtém por meio do processo de alfabetização. Já o domínio de competência dessa tecnologia requer saber ler e escrever em diferentes situações e contextos, o que se obtém por meio do processo de letramento. Com isso, fica evidente que o processo de letramento é tão importante quanto o de alfabetização (Soares, 2006).

Com isso, trabalhar a alfabetização visando letrar tornou-se uma opção política para o professor. Não basta pensar a alfabetização como um processo de aquisição de uma habilidade, é necessário criar condições para que a criança adquira competência para fazer uso dessa habilidade em um contexto social. Para isso, o professor terá que ser capaz de se envolver com os dois processos e dominar sua prática.

Segundo Rojo (2001), aprender a ler e a escrever não é um processo natural, é algo que advém de um conhecimento e de um ambiente densamente cultural. A criança, a partir do seu conhecimento de mundo, das relações sociais e da aquisição do código linguístico consegue atribuir sentido ao que ler ou escreve “[...] do ponto de vista concreto, as



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

relações de língua oral e escrita são sociolinguística e fonológica” (Rojo, 2001, p. 67). Essa é uma concepção nova, diferente da antiga cartilha que se acreditava que esse processo de aprendizagem surgia naturalmente, era só deixar que a criança, ao chegar ao estágio certo, aprenderia o que era próprio a ele.

Na mesma linha, Matêncio (1994), discute o papel social do letramento. Para a autora o sistema abstrato de cálculos matemáticos utilizados pelas crianças para resolver problemas do cotidiano, com base em observação que fazem dos adultos, e posteriormente através de interações com outras crianças são extremamente eficientes para concretizar seu letramento. Embora sejam eles modos de letrar diferentes dos utilizadas na escola, têm grande importância no desenvolvimento psíquico das crianças, pois as colocam frente aos desafios do dia a dia.

De acordo com Kleiman (1992), a oralidade é objeto de análise de muitos estudos sobre letramento. É cada vez mais comum, em classes sociais mais privilegiadas, as crianças serem letradas antes mesmo de se apropriar do código escrito, ou seja, antes de estarem alfabetizadas. De maneira geral, estas crianças já possuem estratégias orais que as tornam capazes de compreender o que dizem os adultos e associar a algo que lhe foi dito anteriormente. Esse evento foi chamado por Kleiman (1992) de “evento de letramento”.

Como é possível perceber, para Rojo (2001), Matêncio (1994) e Kleiman (1992), o letramento é, sem dúvida, uma prática social de leitura, e a criança vivencia diversos eventos de letramento antes de ser alfabetizada e até mesmo antes de chegar à escola.

Segundo Assunção, Mendonça e Delphino (2013), sendo a fala a primeira atividade do ser humano, quando a criança ingressa na escola já faz parte de um ambiente, muitas vezes letrado, tornando assim capaz de se manifestar por meio da oralidade. Nos primeiros anos de vida a criança já começa a construir o que Vigotski chamou de linguagem interior, a qual sendo bem desenvolvida, estimulada, é pressuposto para uma oralidade fluente. Há possibilidades de se trabalhar a oralidade dos alunos sem levar em conta a contextualização, pois a língua falada é ponto de partida e a escrita é ponto de chegada. Existem quatro premissas para se trabalhar mais com a oralidade: foco na análise de textos e discursos, paralelo entre a fala e a escrita, bimodalidade da língua, ou seja, o domínio da



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

escrita e da fala e a contextualização. É comum a escola ser muito mais voltada para a aprendizagem escrita e, por isso, não compreende a importância do trabalho com a oralidade.

A partir dos conceitos de alfabetização e letramento, analisamos a aula de língua portuguesa do 6º ano no dia três de setembro de 2013 na escola estadual Jarbas Massullo, no Parque São Sebastião, em Ribeirão Preto, São Paulo, a atividade de oralidade com exposição de ideias sobre o texto, “Área Interna”, de Leon Eliachar. Participaram da interação os alunos e a professora. Esses alunos serão referidos como 1 e 2.

No início da aula observou-se que um dos alunos, intitulado 1, aparentava estar muito atento enquanto seus colegas liam o texto. Ele pediu para prosseguir parte da leitura em voz alta. No momento de exploração da oralidade, o aluno 1 quis expor o que havia entendido. Sua produção oral não condizia com a realidade do texto e começou dizendo que a história era sobre um “cara” que morava em uma casa muito velha, abandonada e que estava caindo aos pedaços. Ao ser questionado de modo a direcioná-lo ao que de fato se tratava o texto, sua posição foi categórica: Aluno 1 : “ele mora em uma casa velha, abandonada”.

Seus colegas fizeram comentários discordando do que ele dizia. Outra aluna, identificada como aluna 2, ainda acrescentou: “Professora, será que ele não está falando do texto que a gente leu naquele dia? O da casa abandonada?”

O texto mencionado pela aluna 2 continha as informações citadas pelo aluno 1, mas foi lido na primeira semana de aula do ano letivo. E já estávamos no segundo semestre.

Levando em conta que a narrativa lida no dia do ocorrido se passa em um condomínio de prédios, no terceiro andar e que não há descrição alguma acerca das condições físicas da moradia, percebe-se que o aluno, mesmo lendo o texto atentamente não se apropriou de informações explícitas nele. Nesse caso, fica claro que sua competência leitora ainda não foi desenvolvida ou ainda que seu ambiente letrador não foi propício para o desenvolvimento de sua autonomia no que diz respeito ao seu desenvolvimento linguístico.

Conforme se observa nas informações acima, o aluno 1 apresenta atipicidade na interpretação que faz do texto lido, ao recorrer ao enredo de uma outra narrativa lida em um momento diferente. Segundo (ROJO, 2009, p. 10):



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

Para ler não basta conhecer o alfabeto e decodificar letras e sons da fala. É preciso compreender o que se lê, isto é, acionar o conhecimento de mundo para relacioná-lo com os temas do texto, inclusive o conhecimento de outros textos/ discursos (intertextualizar), prever, hipotetizar, inferir, comparar informações, generalizar.

Pode-se dizer que o aluno 1 é alfabetizado, pois consegue decodificar as letras e os sons das palavras no texto, no entanto há um distanciamento na compreensão expressa por ele e a materializada no texto. Ele não compreende o que lê e faz referência a outro texto. Com isso, vemos que apesar de ser alfabetizado ele ainda está em um nível de letramento insatisfatório para se apropriar do que lê e interagir socialmente.

### **Considerações finais**

Com base nas informações coletadas na aula, foi possível concluir que muitos alunos apresentaram grau adequado de letramento e alfabetização para processar o texto. Um aluno, no entanto, apresenta atipicidade na reconstrução da narrativa. Os resultados encontrados podem indicar que o aluno não apresenta o grau adequado de letramento para fazer uso social das práticas de leitura e escrita. Isso pode estar relacionado também a problemas no processo de alfabetização. Ressalta-se que esse aluno não pode ser considerado “iletrado”, pois apesar de não conseguir indicar a temática adequada do texto e a sequência narrativa, utilizou seus conhecimentos para participar da aula, mesmo fazendo referência a outro texto lido e comentado em outro momento.

A alfabetização não pode ser dissociada nem confundida com letramento porque exerce o papel de ajudar o aluno atingir o pleno sucesso. Se o jovem vive em um mundo letrado, não pode ser confundido como iletrado, porém, sua alfabetização vai depender da aquisição da capacidade de decifrar códigos e fazer uso deles para a compreensão da realidade. O processo de letramento e de alfabetização têm especificidades distintas, mas o



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

objetivo de ambos é alcançar a melhor formação do aluno, o seu pleno desenvolvimento linguístico.

Mesmo que o jovem ainda não esteja alfabetizado, já pode estar letrado, pois ele desde o princípio da vida reflete sobre o que o cerca. O letramento está intimamente ligado às práticas sociais, exigindo do indivíduo uma visão do contexto, enquanto a alfabetização é uma prática centrada na individualidade. O letramento é, sem dúvida, uma prática social de leitura, e a criança vivencia diversos eventos de letramento antes de ser alfabetizado e até mesmo antes de chegar à escola.

Na alfabetização e letramento no EF II, essas práticas tomam um viés mais interativo ainda, pois é nesta fase que o educando aprende a distinguir as funções da linguagem escrita, utilizando-se dela como uma necessidade de expressão. O processo discursivo pressupõe que o aluno, em conflito, busque respostas às suas dúvidas na interação com os colegas, o que é importante para o seu crescimento individual e social.

Por fim, fica claro, diante do exposto, que tanto a alfabetização quanto o letramento é uma ação perfeitamente possível, desde que o professor faça de sua prática pedagógica um momento de interação para seus alunos.

O professor deve ainda não priorizar escolhas de material escrito para essas crianças, pois o letramento se dá no âmbito social, livre e não previamente escolhido. Se a criança tem acesso aos diferentes textos, sejam eles escritos ou orais, é deles que se faz sua história, seus conhecimentos, seu letramento. A partir de seu letramento que chega à alfabetização.

## Referências

ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Práticas de Alfabetização e Letramento**. Rio de Janeiro. Cortez, 2007.

ASSUNÇÃO, Claudia Adjuto de Araujo de; MENDONÇA, Maria do Carmo Cardoso; DELPHINO, Rosangela Mary. **Pouca ênfase no desenvolvimento da competência oral dos**



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

**alunos: Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito.** (Org.) BORTONIRICARDO, Stella Maris; RIBEIRO, Veruska. São Paulo: Parábola, 2013.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

DIOGO, Emilli Moreira; GORETTE, Milena da Silva. **Letramento e Alfabetização: uma prática pedagógica de qualidade.** In: X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-EDUCERE. Pontifícia Universidade do Paraná. Curitiba, nov., 2011, p.12192-12200.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio.** 4.ed. RIO DE JANEIRO: Nova Fronteira, 2000. 790p.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Ed Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela Bustos. **O Letramento na Formação do Professor.** Resumo publicado nos Anais do VI Encontro Nacional da ANPOLL, Porto Alegre, 1992. Goiânia, ANPOLL, 1991.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de texto e a escola: reflexões sobre o processo de letramento.** Campinas, S.P: Mercado de Letras / Autores Associados, 1994.

MOLLICA, Maria Cecília; PATUSCO, Cynthia; RIBEIRO, Andressa; LOURENÇO, Gabrielle Costa. **O letramento de sujeitos típicos e atípicos.** In: **Práticas de Ensino do Português.** São Paulo: Contexto, 2012

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994.** São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação e letramento.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil.** Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", 2006. Disponível em: <<http://www.unijipa.edu.br/arquivos/historia-dos-metodos-dealfabetizacao.pdf>> Acesso em: 16 de jul. 2013.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso?** In: Inês Signorini (org.) 2001. **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento,** p. 51-74. Campinas: Mercado de Letras; 2001.



EDIÇÃO Nº 07 NOVEMBRO DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/09/2014  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/10/2014

SABER, Maria da Glória. **Psicologia do Pré-Escolar: uma visão construtivista**. São Paulo: Moderna, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Trabalho, Educação e Saúde, vol. 6, n. 2, jul.-out., 2008, p.213-231.

SCARPA, Regina. **Alfabetizar na Educação Infantil. Pode?** Revista Nova Escola. Ed 189. Fev. 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/alfabetizar-educacao-infantil-pode-422868.shtml>> Acesso em: 19 de Out. 2013.

SILVA, Almira Sampaio Brasil da (Org.) **Método Misto de Ensino da Leitura e da Escrita e História da Abelhinha** – Guia do Mestre. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SOARES, Magda. **Letramento e Escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo, Global Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Letramento: Um Tema de Três Gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Oralidade, alfabetização e letramento**. *Revista Pátio Educação Infantil* – Ano VII nº 20. Jul/Out. 2009. Disponível em: <http://falandospequenos.blogspot.com.br/2010/04/alfabetizacao-e-letramento-na-educacao.html>> Acesso em: 19 Out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, p. 89-113, 2003.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série Palavra de Professor).